

número

15

MANUAL DE
COLETA DE
NOMES
GEOGRÁFICOS

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Cimar Azeredo Pereira (substituto)

Diretor-Executivo
Cimar Azeredo Pereira (substituto)

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Cimar Azeredo Pereira

Diretoria de Geociências
Claudio Stenner

Diretoria de Tecnologia da Informação
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Geociências
Coordenação de Cartografia
Leila Freitas de Oliveira

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Geociências
Coordenação de Cartografia

Manuais Técnicos em Geociências
número 15

Manual de Coleta de Nomes Geográficos



Rio de Janeiro
2023

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 0103-9598 **Série Manuais técnicos em Geociências**

Divulga os procedimentos metodológicos utilizados nos estudos e pesquisas de geociências.

ISBN 978-85-240-4572-1

© IBGE. 2023

Capa

Ubiratã O. dos Santos/Eduardo Sidney - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ilustração

Fabio Muniz de Moura - Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca, Informação e Memória do IBGE

Manual de coleta de nomes geográficos / IBGE, Coordenação de Cartografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2023.
52 p. - (Manuais técnicos em geociências, ISSN 0103-9598 ; n.15).

ISBN 978-85-240-4572-1

1. Nomes geográficos - Brasil. 2. Toponímia - Brasil. I. IBGE. Coordenação de Cartografia. II. Série.

CDU 801.311
CART

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Nomes geográficos: conceitos básicos	9
Nome geográfico: referência e identidade	10
Composição dos nomes geográficos	10
Nome variante	12
Termos descritivos	12
Motivação e história do nome geográfico	12
Tradição	14
Padronização	14
Coleta de nomes geográficos em campo	15
Objetivos da coleta	16
Preparação em gabinete	16
Organização da atividade de campo	17
Pesquisa, obtenção e preparo dos insumos e informações para análise comparativa	18
Elaboração do índice de nomes geográficos	19
Realização da análise comparativa	22

Caderneta de campo	28
Atividade de campo	30
Consolidação, em gabinete, das informações trazidas do campo .	39
Considerações finais	43
Referências	45
Apêndice	
1 Exemplos de documentos que podem ser utilizados na análise comparativa	48

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta, neste Manual, os fundamentos e procedimentos básicos da metodologia de coleta de nomes geográficos em campo. Baseado na ampla experiência institucional da Cartografia em reambulação para projetos de mapeamento e no tratamento dos nomes geográficos, o presente documento pretende ser útil em projetos de outra natureza que envolvam o trabalho com tais nomenclaturas.

Os conceitos básicos são abordados de forma breve e enfocam, diretamente, as necessidades de conhecimento de nomes geográficos para a compreensão de sua metodologia de coleta, possibilitando, assim, maior eficiência no uso do Manual. São descritas as três fases da coleta: a preparação em gabinete; a atividade de campo; e a consolidação, em gabinete, das informações trazidas do campo. Estão também inclusas amostras de documentos provenientes de coletas executadas por equipes de campo do IBGE, o que possibilita melhor visualização dos resultados esperados.

Cabe notar que a metodologia ora apresentada pode ser usada em qualquer tipo de projeto e independe de recursos digitais. Sendo assim, atende tanto a projetos desenvolvidos para uso de ferramentas digitais quanto para projetos desenvolvidos em meio analógico.

Considerando-se que uma coleta de nomes geográficos eficiente reúne preciosas informações para pesquisas de várias naturezas e gera subsídios decisivos para a padronização desses elementos, a Diretoria de Geociências espera, com este Manual, contribuir para o trabalho das instituições públicas e privadas e dos cidadãos que fazem uso dos nomes geográficos no Brasil.

Claudio Stenner

Diretor de Geociências

Introdução

Os nomes geográficos estão presentes no dia a dia, e sua importância é percebida ao se responder questões simples, como, por exemplo: *Onde você mora? Onde vai passar as férias? Em que estação do metrô devo saltar?*

Além da função de identificar, nominalmente, as feições que compõem o território, a análise dos nomes geográficos pode revelar muitas informações sobre os padrões de ocupação de um local, que povos ali viveram, que língua(s) falavam, ou mesmo em que estágio(s) estavam essas línguas quando os povos viveram na região. Da mesma forma, é possível identificar padrões de produção econômica e até o tipo de vegetação que existia em determinado local. Como exemplos, pode-se citar a grande variedade de nomes geográficos relativos ao tropeirismo ao longo das rotas dos tropeiros na Região Sul do Brasil, bem como nos Estados de São Paulo e Minas Gerais; as várias localidades e cursos d'água que receberam nomes de famílias imigrantes polonesa e italiana no Município de Irati (Paraná); ou rios, em todo o País, com nomes de peixes que eram (ou ainda são) pescados em abundância em suas águas.

Para que se possa usufruir de todo o potencial dos nomes geográficos, é preciso que sejam minimizados os equívocos na identificação de feições e na recuperação de informações que eles possam conter. Para tal, é necessária a sua padronização, ou seja, a adoção de princípios e recomendações comuns que permitam a interpretação e a utilização consistente dos nomes geográficos. A padronização envolve tanto o aspecto posicional das feições no território quanto o aspecto da grafia.

A falta de padronização dos nomes geográficos há muito causa problemas, dos mais corriqueiros aos mais graves, para governos,

sociedades e indivíduos, como disputas territoriais nos âmbitos nacional e internacional. A existência de um conjunto de nomes geográficos padronizados beneficia o atendimento em emergências, os censos demográficos, o serviço postal, a gestão do sistema de transporte e o turismo, entre outros usos, além de facilitar buscas na Internet, especialmente nas Infraestruturas de Dados Espaciais - IDEs¹.

Este Manual apresenta uma metodologia de coleta de nomes geográficos que considera os conceitos relativos a essa temática e as especificidades para a sua padronização, sob a perspectiva da prática realizada pelo IBGE em suas atividades cartográficas. Pretende-se, com sua divulgação, estabelecer um conjunto mínimo de procedimentos para uma coleta eficaz, isto é, que proporcione a consistência necessária no que se refere à nomenclatura dos elementos mapeados. Espera-se, assim, que a metodologia ora sugerida seja passível de utilização por instituições produtoras de mapeamento, instituições acadêmicas e outros setores da sociedade interessados na temática toponímica.

¹ O termo Infraestrutura de Dados Espaciais é usado frequentemente para denotar um conjunto básico de tecnologias, políticas e arranjos institucionais que facilitam a disponibilidade e o acesso a dados espaciais (COMISSÃO NACIONAL DE CARTOGRAFIA, 2010, p. 14).

Nomes geográficos: conceitos básicos

Um nome geográfico pode também ser denominado “topônimo”; palavra de origem grega que significa “nome de lugar” (*topos* = lugar, *ónimo* = nome). Dessa forma, o termo topônimo se refere também a nomes de feições que existem fora do Planeta Terra, como o Mar da Tranquilidade, na Lua, ou a Cratera Hellas, em Marte.

O Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos (United Nations Group of Experts on Geographical Names - UNGEGN) define um nome geográfico como “um nome aplicado a uma feição na Terra” (UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES, 2002, p.18, tradução nossa). Um nome geográfico é o nome próprio (uma palavra específica, ou uma combinação de palavras ou expressões) usado para se referir a um lugar, a uma feição, ou a áreas específicas. As principais feições incluem:

- Lugares habitados (Cidades, Vilas etc.);
- Divisões administrativas (Estados, Municípios, Distritos, Bairros etc.);
- Feições naturais (cursos d’água, montanhas, cabos, lagos, mares etc.);
- Feições construídas (barragens, aeroportos, autoestradas etc.); e
- Lugares sem limites precisos ou áreas com significado local específico (quase sempre religioso), como pastagens, áreas de pesca, lugares sagrados.

No âmbito deste Manual, define-se nome geográfico como o topônimo georreferenciado a partir do qual se pode resgatar aspectos das origens culturais e/ou históricas da feição que ele nomeia e/ou da comunidade que o instituiu, concluindo-se que a valorização, a preservação e a divulgação do conhecimento sobre o conjunto de nomes geográficos de um país é uma significativa contribuição para a sua soberania e para a autoestima de seus cidadãos.

Nome geográfico: referência e identidade

A apropriação de um território traz consigo a necessidade de identificação e referência ao ambiente em sua volta, o que

[...] induz o ente humano a fixar denominações para os lugares e demais feições geográficas. [...] Está presente nesta denominação uma evidente e clara dinâmica, que se apresenta, de forma preferencial, ao sabor de injunções, sejam religiosas, políticas, econômicas ou outras quaisquer, fazendo-os transformar-se ou corromper-se (SANTOS, 2008, p. 10).

Assim, constata-se a importância dos nomes geográficos como marca identitária e de poder de um indivíduo, grupo ou nação. Por isso, frequentemente, disputas pela soberania de algumas áreas envolvem seus nomes geográficos, como no caso das Ilhas Malvinas ou Falklands, disputadas pela Argentina e pelo Reino Unido. Também nações que se tornam independentes trocam, muitas vezes, seus nomes geográficos da língua da antiga nação dominante para outros da(s) língua(s) do povo recém-independente. Esse é o caso de Moçambique, por exemplo, cuja capital, durante o domínio português, se chamava Lourenço Marques e, após a independência, passou a se chamar Maputo (BATA, 2018).

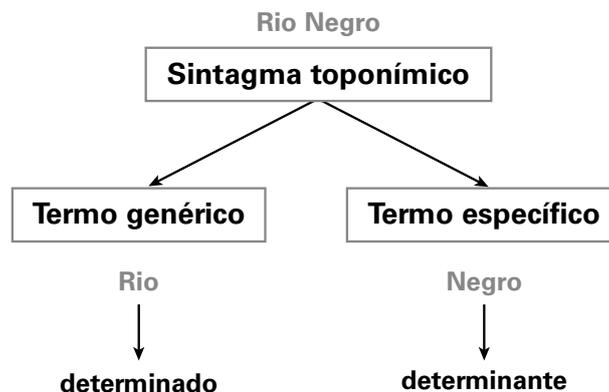
Os nomes geográficos podem ter, também, papel fundamental em disputas fundiárias e na demarcação de limites municipal e estadual, como é o caso da longa disputa entre os Estados do Pará e de Mato Grosso, em que os nomes de uma cachoeira e um salto foram registrados trocados entre si em um mapeamento oficial, alterando a linha de divisa entre ambos – a contenda sobre uma área de cerca de 2 milhões de hectares teve início em 2004 e ainda persiste.

Dessa forma, o conhecimento do processo de nomeação dos lugares em uma região ou país pode, por si só, subsidiar estudos de diversas naturezas: históricos, geográficos, linguísticos, sociológicos, entre outros.

Composição dos nomes geográficos

Os nomes geográficos são compostos, na maioria das ocorrências, por um termo específico e um termo genérico, formando o sintagma toponímico. O termo genérico identifica o tipo de feição, e o termo específico a particulariza, conforme exemplificado na Figura 1.

Figura 1 - Esquema explicativo do sintagma toponímico



Sintagma: conjunto binário constituído de um elemento **determinado** e de um elemento **determinante**.

Fonte: IBGE. *Normas técnicas para revisão de nomes geográficos*. Rio de Janeiro, 2011. p. 10. Material didático para o Programa Anual de Treinamento - PAT 2011. Adaptado. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7781981-Normas-tecnicas-para-revisao-de-nomes-geograficos.html>. Acesso em: abr. 2023.

Destaca-se que o termo genérico é frequentemente omitido em nomes de lugares com população, como (o Estado de) São Paulo, (o Bairro de) Copacabana, e (a Localidade de) Milho Verde.

É necessário ter atenção ao que se denomina “falso genérico”, pois, muitas vezes, um termo classificado como genérico assume a função de termo específico. A seguir, alguns exemplos de falsos genéricos:

- Rio Riachão, em que “Riachão”, um termo que indica o tipo de feição, aqui funciona como termo específico, particularizando esse rio;
- (Bairro de) Vila da Penha, em que “Vila” não é um termo genérico que significa “sede de distrito”, mas, sim, parte do termo específico; e
- (Localidade de) Fazenda Verde Campo, em que “Fazenda” não é um termo genérico correspondente a um tipo de propriedade rural, mas, sim, parte do termo específico.

Também integram os nomes geográficos os conectivos (de, da, das, do, dos), bem como a conjunção “ou”, utilizada para introduzir um nome variante, como se observa, por exemplo, no caso da localidade de Campo Novo ou Lajeado, no Município de Piên (Paraná).

Nome variante

Algumas feições são reconhecidas por mais de um nome geográfico, como, por exemplo, a Serra do Rio Grande ou Serra dos Cristais, no Município de Diamantina (Minas Gerais). Nesses casos, os dois nomes são adotados para designar a feição, sem juízo de valor sobre eles. Utiliza-se a conjunção “ou” para informar a existência do nome variante, ou alônimo, respeitando-se a ordem alfabética dos termos.

Em nomes geográficos constantes na lei de criação ou no descritivo de limites, deve-se manter como primeiro nome o que figura na referida documentação, seguido da conjunção “ou” e dos demais nomes variantes identificados. Ainda que o nome geográfico que consta na lei de criação ou no descritivo de limites não seja mais encontrado em levantamentos de campo, ele deve ser mantido como o principal.

Cabe notar que há nomes variantes que se aplicam apenas a uma parte da feição, como é o caso da Serra do Mar, que recebe o nome de Serra dos Órgãos apenas no Estado do Rio de Janeiro.

Termos descritivos

Nos documentos cartográficos, existem alguns nomes que não são nomes geográficos, mas, sim, nomes de valor explicativo – termos descritivos que visam adicionar entendimento ou melhorar as informações sobre feições presentes no território. Muitas vezes, os mesmos substantivos usados como termos descritivos são também usados como termos genéricos em nomes geográficos. Algumas ocorrências observadas são: caixa-d’água, corredeira, curral, estação de captação de água, galpão, viveiro, pasto, entre outras.

As instruções deste Manual, cumpre destacar, não se aplicam aos termos descritivos.

Motivação e história do nome geográfico

A motivação toponímica refere-se à categoria semântica motivadora da nomeação das feições geográficas.

No processo de nomeação das feições, há uma grande gama de motivações que inspiram a criação e o estabelecimento de um nome geográfico. O nome do Vila-rejo de Itimirim (Minas Gerais), por exemplo, deve-se à existência, no local, de uma grande quantidade de abelhas de uma espécie chamada pelos índios de “itimirim”. O nome da Travessa Artur Vilaça, no Município de Itaúna (Minas Gerais), por sua vez, é uma homenagem a um farmacêutico que foi prefeito e grande benemérito da Cidade (NOGUEIRA, 2017). Há, também, nomes geográficos motivados pela aparência da feição, como o Dedo de Deus, no Município de Teresópolis (Rio de Janeiro), de relevo cuja aparência lembra um dedo apontado para o céu, como ilustra a Foto 1.

Foto 1 - Dedo de Deus, Teresópolis (Rio de Janeiro)



Fonte: COUTO, C. P. Dedo de Deus vista do Soberbo, Teresópolis (RJ), 2012. In: WIKIMEDIA Commons. San Francisco: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dedo_de_Deus_vista_do_Soberbo.jpg?uselang=pt-br. Acesso em: jun. 2023.

Entre outras motivações para a nomenclatura de feições, além das já citadas, estão as plantas; as pedras; os cursos d'água; os nomes de natureza religiosa, como os de santos e de objetos sagrados; as datas comemorativas; os eventos históricos etc.

Conhecer a motivação dos nomes geográficos é relevante para a sua padronização, pois esse procedimento pode dirimir dúvidas quanto à grafia, tendo em vista que ela pode mudar para um mesmo fonema, de acordo com a motivação, como se observa, por exemplo, na diferença de significado entre os nomes "Ribeirão dos Cochos" e "Ribeirão dos Coxos", em que "cochos" significa um tipo de comedouro de animais, enquanto "coxos" significa "mancos".

A motivação de um nome geográfico nem sempre é tão óbvia quanto pode parecer. Por isso, em uma investigação sobre a motivação, conhecer a história do nome pode revelar aspectos desconhecidos e, por vezes, surpreendentes sobre a real motivação de um topônimo, auxiliando a sua padronização. Por exemplo: no Município de Piên (Paraná), há uma localidade chamada Picacinho, cuja grafia ora era com "C", ora com "SS": Picacinho e Picassinho. Certamente, o uso da segunda forma, Picassinho, se dá por analogia ao nome do famoso pintor Pablo Picasso; no entanto, após coleta em campo, a grafia Picacinho foi estabelecida como a correta, já que, segundo os informantes locais, existia na localidade um "picaço muito forte e garboso". Assim, a palavra que motivou o nome geográfico é "picaço", ou seja, um tipo de cavalo, mula ou burro de cor escura, com a testa e/ou pés brancos, segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009).

Tradição

O termo tradição vem do latim *tradere*, ou seja, transmissão. No presente Manual, esse conceito é definido como a transmissão de valores e crenças de uma geração a outra e se aplica em relação à grafia dos nomes geográficos.

De acordo com o item 42 do Formulário Ortográfico², considera-se grafia tradicional aquela há muito consagrada pelo uso cotidiano dos brasileiros (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [2023?]).

A grafia de um nome geográfico que se mantenha inalterada e com uso consistente pelos vários segmentos da sociedade local, por um longo tempo, é considerada, então, uma grafia tradicional e deve ser mantida, sempre que possível, ainda que esteja em desacordo com as regras ortográficas vigentes no País. O Estado da Bahia é um exemplo de nome geográfico cuja grafia se estabelece pela tradição.

Padronização

A padronização dos nomes geográficos de uma nação é parte de um esforço mundial, coordenado pela Organização das Nações Unidas - ONU, por meio do UNGEGN. Ela é definida como um conjunto de ações, estabelecido por uma autoridade apropriada, que engloba as especificações de normas e padrões que garantam a interpretação uniforme dos nomes geográficos.

Em suas resoluções, o United Nations Group of Experts on Geographical Names (2014) preconiza que:

- Seja adotado apenas um nome oficial, com apenas uma grafia, para cada feição/objeto, sempre que possível;
- A grafia do nome deve seguir a norma ortográfica vigente no país ou o uso tradicional do nome geográfico;
- Os nomes padronizados devem estar de acordo com os seus usos local e atual; e
- Nome de feições criadas por atos legais, como, por exemplo, estados, municípios, distritos, aeroportos, estradas e unidades de conservação, deve ser aquele registrado no ato legal que as criou, com sua exata grafia.

Os nomes geográficos padronizados trazem benefícios “evidentes nos processos da comunicação humana: eles podem impedir a ambiguidade e fornecer esclarecimentos e economia para o comércio, planejamento, busca e salvamento, preparação de emergência, censos, direitos de propriedade, gestão ambiental etc.” (SANTOS, 2008, p. 167).

² Os topônimos de tradição histórica secular não sofrem alteração alguma na sua grafia, quando já esteja consagrada pelo consenso diuturno dos brasileiros. Sirva de exemplo o topônimo “Bahia”, que conservará esta forma quando se aplicar em referência ao Estado e à Cidade que têm esse nome (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [2023?]). Complementarmente, observa-se que os compostos e derivados desses topônimos obedecerão às normas gerais do vocabulário comum (BECHARA, 2009).

Coleta de nomes geográficos em campo

A coleta de nomes geográficos deve ser bastante cuidadosa e meticulosa, tanto em relação à preparação como ao registro. Ela deve assegurar que o surgimento de novos nomes geográficos e as mudanças relativamente frequentes, às quais eles estão sujeitos, sejam corretamente registrados e tornados conhecidos, a fim de permitir a sua consistência quanto ao aspecto posicional e à grafia.

No processo de produção cartográfica, a coleta de nomes geográficos frequentemente é realizada durante a reambulação, que consiste em levantamentos em campo da denominação e classificação das feições natural (relevo, hidrografia etc.) e artificial (sistema de transportes, localidades etc.). Durante a atividade de reambulação, são levantadas, identificadas, confirmadas e classificadas as feições do terreno a serem cartografadas (IBGE, 2006).

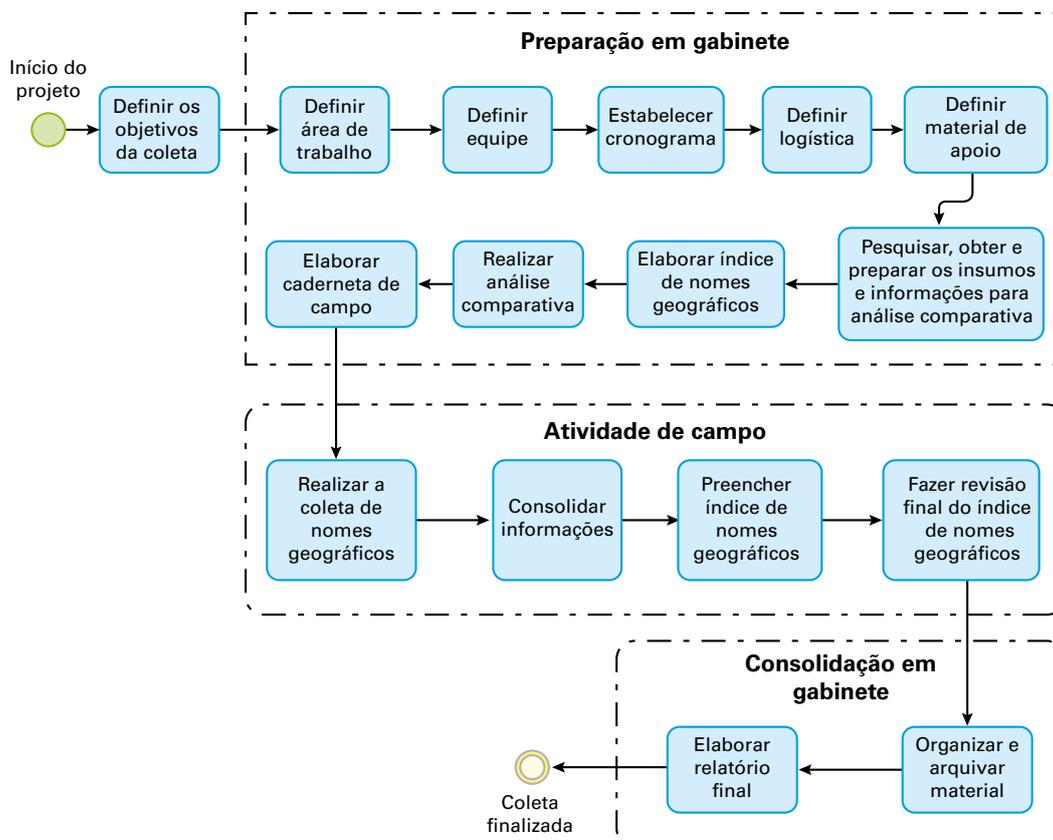
A metodologia de coleta de nomes geográficos apresentada neste Manual se baseia nas experiências de reambulação realizadas pelo IBGE, contemplando suas três fases, a saber:

- Preparação em gabinete;
- Atividade de campo; e
- Consolidação, em gabinete, das informações trazidas do campo.

A coleta de nomes geográficos não está necessariamente vinculada à reambulação, tendo em vista que a finalidade da coleta pode não estar associada a uma demanda de mapeamento. Entretanto, a metodologia de coleta ora apresentada se baseia nas experiências de reambulação realizadas pelo IBGE, contemplando as fases de preparação em gabinete e coleta em campo.

O fluxograma, a seguir, representa as etapas da coleta de nomes geográficos em campo que orientaram a elaboração deste Manual (Figura 2).

Figura 2 - Fluxograma das etapas da coleta de nomes geográficos



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia.

Objetivos da coleta

Inicialmente, devem ser definidos os objetivos para a realização da coleta, já que deles resultarão, diretamente, o conjunto de nomes geográficos que serão trabalhados e os insumos obtidos.

Os objetivos da coleta podem ser, por exemplo, a atualização de nomes geográficos de um mapeamento existente, a aquisição de nomes geográficos de uma área recentemente habitada, a confirmação de nomes geográficos de feições de limites, a confirmação de nomes de hidrografia local, bem como o atendimento a fins acadêmicos, históricos, entre outros.

Preparação em gabinete

Pode-se dizer que a coleta se inicia antes da ida a campo, no momento de sua preparação, pois um bom planejamento pré-campo é fundamental para que os desdobramentos da operação ocorram da melhor forma possível, evitando eventuais dissabores. Isso é especialmente aplicável a casos em que a coleta é realizada em locais com pouca infraestrutura, de difícil acesso e com comunicação precária, como ilustrado nas fotos de trabalho de campo a seguir Foto 2.

Foto 2 - Trabalhos de campo



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia (acervo).

Uma preparação minuciosa para a coleta pode reduzir significativamente a quantidade de trabalho a ser realizado em campo e, conseqüentemente, o custo da atividade.

Organização da atividade de campo

A organização da atividade de campo envolve o planejamento da infraestrutura para a coleta, a identificação e a delimitação da área a ser trabalhada, bem como a definição do material de apoio. Assim, com o objetivo da coleta definido, recomenda-se adotar o seguinte fluxo de ações para a organização da atividade de campo:

- Definição do recorte espacial para a coleta;
- Definição da equipe, preferencialmente liderada por um supervisor que possua conhecimento prévio sobre nomes geográficos;
- Delimitação da área de atuação de cada equipe, se houver mais de uma³;
- Estabelecimento do cronograma;
- Definição da logística⁴; e
- Definição do material de apoio para a realização da coleta.

³ Dependendo do tamanho da área definida e das suas condições, deve-se planejar a utilização de veículo adequado para percorrer o recorte, como um 4x4 em áreas de difícil acesso.

⁴ Se for previsto mais de um dia de coleta, é necessário definir, nessa etapa, possíveis locais de pernoite e alimentação da(s) equipe(s).

É importante listar os instrumentos que serão utilizados na coleta, sendo imprescindível incluir: mapas da área, caderneta de campo, gravador de voz, câmera fotográfica, *notebook/tablet/celular*, receptor GNSS de navegação, entre outros que estejam disponíveis para a equipe. Esses equipamentos são necessários para o registro das informações e observações obtidas em campo.

Havendo possibilidade, na definição da logística, convém contatar as prefeituras dos Municípios existentes na área a ser trabalhada, visando informá-las sobre a coleta que percorrerá o território local. Esse contato prévio pode favorecer o envolvimento das prefeituras, principalmente pela disponibilização de documentos, mapas e outras formas de apoio e suporte para as atividades de campo. Além disso, é oportuno pesquisar, em *sites*, por exemplo, os telefones de utilidade pública, como os de prefeituras, institutos, igrejas, cartórios, escolas, postos de saúde, entre outras referências da área a ser trabalhada.

Pesquisa, obtenção e preparo dos insumos e informações para análise comparativa

Na etapa da preparação em gabinete, realiza-se o levantamento, a seleção e a organização do material e dos insumos existentes sobre a área, os quais devem estar de acordo com o objetivo da coleta pré-estabelecido. O Apêndice 1, ao final da publicação, exemplifica alguns documentos que podem ser utilizados em uma análise comparativa.

Nesta etapa, é necessário selecionar um insumo para referência de todo o trabalho, tal como um mapa municipal, uma base cartográfica, um texto descritivo de limites etc. Esse insumo de referência será chamado de insumo de origem, e, a partir dele, serão realizadas a análise comparativa e o levantamento das dúvidas que serão investigadas em campo.

Os insumos deverão ser obtidos nos órgãos responsáveis pelo mapeamento sistemático do País, ou em outros órgãos e instituições, governamentais ou não, de interesse. Cabe ressaltar que, no contato com as diferentes instituições, as equipes devem explicitar o objetivo do trabalho que será realizado, e os produtos que dele serão derivados.

Os insumos cartográficos que serão utilizados para a análise comparativa deverão ser compatibilizados quanto ao sistema geodésico de referência e à projeção cartográfica definidos para o projeto, possibilitando, dessa forma, o uso adequado em um Sistema de Informações Geográficas - SIG.

Para atender às especificidades da coleta de nomes geográficos, é importante pesquisar e analisar as características e as singularidades da região a ser trabalhada. Essa análise vai fundamentar e apoiar a forma de conduzir o trabalho. Assim, deve-se verificar qual a importância histórica da região, o que ela produz economicamente, as formas dessa produção, bem como quais são as principais características de sua população, tais como: elementos étnicos; ocorrência de emigração/imigração significativas; sotaque, pronúncia e vocabulário; religiosidade; indicadores sociais, incluindo analfabetismo; porcentagem da população atendida por infraestrutura pública de saneamento básico, educação escolar, postos de saúde e hospitais, entre outros aspectos. Da mesma forma, é importante recolher o máximo de informações sobre os nomes geográficos propriamente ditos. Sugere-se, também, pesquisar informações

provenientes de literatura especializada e trabalhos acadêmicos vinculados aos padrões motivadores da toponímia da região.

Todos os documentos utilizados para a pesquisa e para a análise comparativa devem ser arquivados, e toda a documentação que possa ser obtida durante a campanha, ou suas cópias ou endereços eletrônicos, devem ser anexados ao material recolhido na fase de preparação, para que eventuais dúvidas possam ser sanadas posteriormente.

Vale ressaltar que a pesquisa em gabinete é de grande importância no processo de padronização de nomes geográficos, pois, quando realizada conforme as orientações aqui apresentadas, facilita o processo como um todo, além de direcionar e otimizar a coleta em campo.

Elaboração do índice de nomes geográficos

As dúvidas observadas durante a análise comparativa dos insumos devem ser consolidadas em um arquivo único e dispostas, pontualmente, em um mapa, em ambiente digital ou não⁵, para identificar a feição cujo nome será pesquisado, e, conseqüentemente, orientar a rota a ser percorrida no campo.

Como modelo para organização dessas dúvidas, sugere-se adotar uma tabela que armazena as principais informações levantadas em gabinete, denominada, neste Manual, como índice de nomes geográficos. Essa tabela pode ser montada em uma planilha eletrônica, ou estar associada a um arquivo vetorial (tabela de atributos) para trabalho em ambiente SIG. O Quadro 1 apresenta uma sugestão de organização de um índice de nomes geográficos.

O índice de nomes geográficos será utilizado durante toda a coleta, tanto na preparação em gabinete quanto em campo, onde seu preenchimento será complementado. Nessa fase do trabalho em gabinete, antes da campanha, somente algumas colunas serão preenchidas.

A estrutura mínima do índice de nomes geográficos deve contemplar os campos descritos a seguir, organizados conforme proposta apresentada no Quadro 1.

Item/identificador - número que individualiza a feição cujo nome geográfico será pesquisado.

Nome geográfico - nome geográfico que consta no insumo de origem, completo e sem abreviação, isto é, com termo genérico, se houver, conectivo(s), se houver, e termo específico. Caso haja nome variante no insumo de origem, ele deverá ser incluído, na mesma forma como se encontra nesse documento, precedido da conjunção "ou". Exemplo: Rio da Bica ou Rio do Bairro da Pedra. Complementarmente, recomenda-se não omitir ou acrescentar acentos, cedilhas, hífen, tremas etc. O nome geográfico nessa coluna deverá ser grafado exatamente como consta no insumo de origem, uma vez que a coluna não será editada durante a coleta em campo ou após a sua realização. As correções e alterações que forem realizadas no nome geográfico serão preenchidas na coluna

⁵ Criação de pontos numerados em um arquivo no formato vetorial estruturado para uso em SIG, ou anotados, manualmente, em mapas ou imagens impressas da área pesquisada.

“Nome geográfico atualizado”, após a coleta. Nesse caso, os nomes originais serão considerados como um nome histórico da feição⁶.

Coordenadas - coordenadas da feição cujo nome geográfico será pesquisado. Este campo é necessário quando se optar pelo uso de planilha eletrônica desvinculada de um arquivo vetorial.

Tipo da feição - descrição da natureza da feição, como, por exemplo, relevo, localidade, hidrografia, entre outras. Dependendo do objetivo definido e do conhecimento da equipe, o tipo da feição pode ser expresso pela categoria e classe das Especificações Técnicas para a Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-EDGV 3.0)⁷.

Dúvidas de gabinete - dúvidas levantadas durante a realização da análise comparativa. Esta coluna deve ser preenchida com a descrição das inconsistências encontradas, citando-se os nomes geográficos diferentes daqueles constantes no insumo de origem, bem como as suas respectivas fontes, além de outras observações pertinentes, como, por exemplo, indicações sobre a origem e a motivação do nome.

Nome geográfico atualizado - nome geográfico corrigido, atualizado ou incluído a partir da coleta em campo ou da pesquisa em gabinete, em determinados casos, como descrito no tópico Realização da análise comparativa.

Solução e justificativa - descrição da situação final do nome geográfico após a coleta (confirmado, incluído, excluído, ou alterado) e a justificativa para tal, quando pertinente. As fontes documentais que subsidiam a decisão, se for o caso, também devem ser elencadas.

Informações de campo - informações coletadas na pesquisa de campo consideradas relevantes pelo entrevistador para a solução adotada. Esta coluna pode conter indicações sobre a motivação e a história do nome, variantes históricas (nome usado no passado), entre outros elementos.

⁶ O nome histórico se refere às diferentes denominações que a feição recebeu ao longo do tempo e que não são mais usadas.

⁷ Especificações Técnicas para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais constituem o padrão orientador para o intercâmbio de dados cartográficos digitais. Na modelagem conceitual dos dados geoespaciais, as ocorrências (instâncias) são representadas por classes de objetos de mesma natureza e funcionalidade. Essas classes foram agrupadas em categorias de informação, cuja premissa básica para este agrupamento é o aspecto funcional comum (COMISSÃO NACIONAL DE CARTOGRAFIA, 2017).

Realização da análise comparativa

A análise comparativa consiste no cruzamento dos diversos insumos adquiridos, com foco nos nomes geográficos que atendem ao objetivo da coleta. Os insumos disponíveis devem ser comparados quanto ao nome geográfico (grafia e nome propriamente dito) e à posição da feição que ele designa. Os resultados da análise comparativa devem ser registrados no índice de nomes geográficos, conforme já apresentado.

Com essa análise, busca-se identificar divergências e ausências, constituindo-se essas últimas em feições significativas que não estão nomeadas no insumo de origem. Em situações de ausência, a coluna “Nome geográfico” do índice de nomes geográficos deverá ficar em branco. Caso haja algum nome em um outro insumo, ele deverá ser preenchido na coluna “Dúvidas de gabinete”.

Algumas dúvidas identificadas nessa análise poderão ser resolvidas em gabinete, a partir de pesquisas documental e bibliográfica que amparem a solução. Por exemplo: no insumo de origem, consta “Rio da Cancao”, porém, em diversos outros materiais, Rio da Canção. Nesse caso, a dúvida foi sanada pela pesquisa em gabinete, e a solução foi adotar Rio da Canção, já que, pela consistência do uso “Canção”, é seguro inferir que houve apenas erros de digitação. Para tal, não há necessidade de coleta em campo, contudo a alteração deverá ser registrada na coluna “Nome geográfico atualizado” para fins de atualização do insumo de origem.

Os resultados da análise comparativa permitem orientar e direcionar a coleta em campo porque eles definem, de forma específica, os locais que serão visitados para esclarecer as dúvidas não dirimidas em gabinete.

Em razão da logística de campo necessária à coleta, o cronograma originalmente estabelecido (tópico Organização da atividade de campo) pode precisar de ajustes. Havendo disponibilidade (de tempo, pessoal, verba etc.), podem ser visitados em campo outros locais onde não tenham sido identificadas dúvidas durante a análise comparativa. Isso é válido porque os nomes geográficos estão sujeitos a mudanças, conforme se alteram a ocupação do território, a apropriação da língua pelo falante, entre outros condicionantes.

A Foto 3 ilustra a etapa de análise comparativa, que pode ser realizada em equipe.

Foto 3 - Equipes realizando a análise comparativa



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia (acervo).

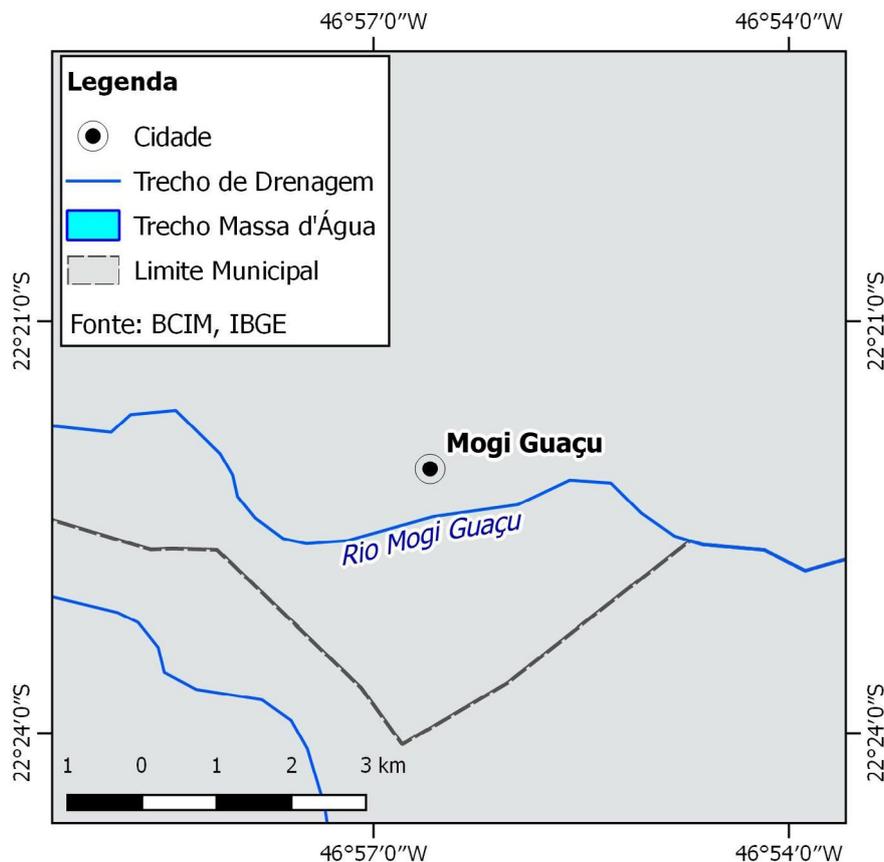
Levantamento de dúvidas linguísticas e revisão ortográfica

Nesta etapa, são observados aspectos particulares quanto à grafia dos nomes geográficos. Nesse sentido, recomenda-se:

- a. Observar se os nomes geográficos apresentam erros de digitação, como espaços antes do nome, no meio do nome, ou no meio de uma palavra, bem como presença de caracteres inadequados, fontes de tamanhos ou tipos diferentes misturados etc.;
- b. Observar se os termos genérico e específico estão iniciados por letras maiúsculas;
- c. Observar, em nomes geográficos compostos grafados com hífen, se ambos os elementos estão iniciados com maiúsculas. Exemplo: Serra do Rola-Moça;
- d. Verificar se a grafia dos nomes geográficos de Municípios e Distritos está de acordo com aquela constante em suas leis de criação. Para tal, consultar a Divisão Territorial Brasileira - DTB, disponível no portal do IBGE na Internet;
- e. Verificar se os nomes geográficos de outras feições geográficas criadas por legislação, como Terras Indígenas, Unidades de Conservação etc., estão grafados de acordo com o ato legal que as instituiu;
- f. Observar se os nomes geográficos de feições geográficas antrópicas, como escolas, aeroportos, hospitais, postos de saúde, igrejas etc., estão grafados de acordo com os cadastros dos órgãos responsáveis por sua regulamentação;
- g. Observar se a grafia dos nomes geográficos de feições geográficas não reguladas por lei, como feições hidrográficas, por exemplo, está de acordo com as normas ortográficas vigentes;
- h. Observar se os nomes geográficos de feições geográficas não reguladas por lei, como feições de relevo, por exemplo, localizadas na área ou no entorno de um Município, Distrito, ou outra feição criada por legislação, recebem a mesma denominação específica desses entes. A grafia do termo específico da feição segue a mesma grafia do nome do Município, Distrito ou outro ente, de acordo com a legislação que os criou, como ilustrado na Figura 3;
- i. Observar ocorrências como:
 - O uso de conectivos conflitantes com o nome específico. Exemplo: Serra do Beleza;
 - A mesma feição apresentando nomes com genéricos iguais e específicos diferentes. Exemplo: Ribeirão dos Cochos e Ribeirão dos Coxos;
 - Ausência de genérico (exceto em caso de Localidade);
 - A mesma feição apresentando nomes com específicos iguais e genéricos diferentes de mesma natureza. Exemplo: Ribeirão Verde e Rio Verde; e
 - A mesma feição apresentando trechos com nomes variantes e outros não. Nesse caso, recomenda-se pedir verificação da abrangência do nome variante, ou se ele é válido para o elemento como um todo. Exemplo: Rio Aguapeí ou Rio Feio, Rio Feio. A Figura 4 ilustra essa situação.

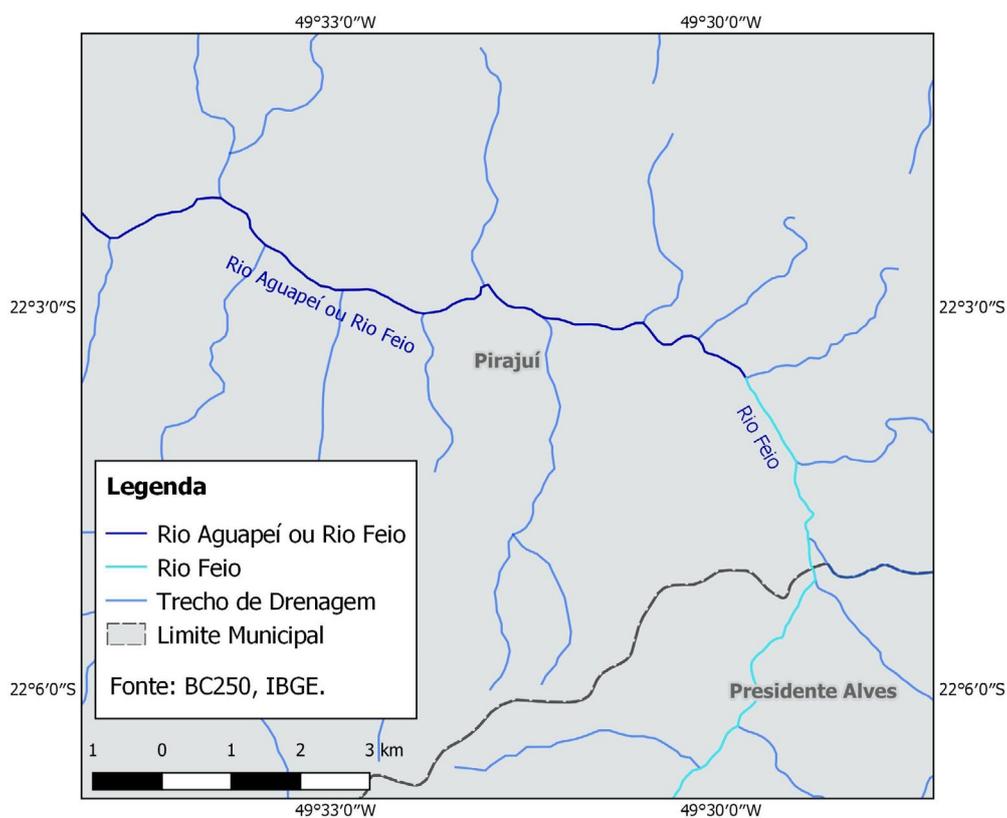
- j. Observar nomes incomuns, de significado desconhecido para o revisor, e nunca os corrigir sem verificação em campo, mesmo que exista uma palavra parecida nos dicionários. Nesses casos, a coleta da motivação e do significado do nome é fundamental. Exemplo: Rio Furtuoso (Paraná). Dúvida: Furtuoso ou Frutuoso? Solução: A pesquisa realizada em campo indicou que o correto é Rio Furtuoso, pois o termo Furtuoso é uma corruptela da palavra "Tortuoso". Assim, é importante entender que, ainda que um nome não esteja dicionarizado, não quer dizer que não exista.
- k. Em casos de desacordo com a norma ortográfica em relação, por exemplo, ao uso de diacríticos, de "ç" ou "ss"; "g" ou "j" etc., recomenda-se não corrigir de imediato. Deve-se pesquisar em gabinete o uso dessa grafia, preencher a coluna "Dúvidas de gabinete" com a frase "Verificar se essa grafia é tradicional"; e acrescentar informações relevantes encontradas. Nesse sentido, ver o tópico **Verificação e comprovação de grafia tradicional**, que trata dos procedimentos para a comprovação e a documentação da grafia tradicional em campo.

Figura 3 - Nome de curso d'água padronizado conforme o nome de localidade: Mogi Guaçu (Mogi Guaçu, São Paulo)



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia.

**Figura 4 - Curso d'água com ocorrência de nome variante em determinado trecho:
Rio Aguapeí ou Rio Feio (Pirajuí, São Paulo)**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia.

Exemplos de dúvidas para investigação em campo

O Quadro 2 traz, como exemplo, um índice de nomes geográficos preenchido com os resultados da análise comparativa para a coleta em campo.

Quadro 2 - Exemplo de índice de nomes geográficos preenchido após a análise comparativa

Identificação do Projeto:							
Item/identificador	Nome geográfico	Coordenadas geográficas	Tipo da feição	Dúvidas de gabinete	Nome geográfico atualizado	Solução e justificativa	Informações de campo
1	Picassinho		Localidade_Aglomerado_Rural_isolado_Lugarejo	Checar grafia.			
2	Quicé dos Ribas		Localidade_Nome Local	Checar grafia. Atenção especial ao significado de Quicé e para a história e motivação do nome.			
3	Xaxim		Localidade_Aglomerado_Rural_isolado_Povoado	Identificar qual é a denominação correta usada pela comunidade: Xaxim ou Mosquito?			
4	Letreiro		Localidade_Nome Local	O nome da localidade é Letreiro ou Latreiro?			
5			Hidrografia_Curso_Dagua	Riacho dos Oliveiras. Identificar feição em campo. Localização imprecisa. Consta apenas da Lei criação do distrito nº 425 de 11/06/1985 e não está em mais nenhum insumo.			
6	Rio dos Índios ou dos Bugres		Hidrografia_Curso_Dagua	Confirmar o uso da variante. No memorial descritivo do município consta apenas como Rio dos Índios.			
7	Salto Boa Vista		Localidade_Nome Local	Confirmar nome da localidade Salto Boa Vista ou Boa Vista			
8			Localidades_Aglomerado Rural Isolado_Lugarejo	Confirmar existência da localidade Ponte Alta. Consta do cadastro da ANATEL.			

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia.

Caderneta de campo

A caderneta de campo é o instrumento no qual são realizados os registros das informações coletadas em campo. Ela auxilia no esclarecimento de possíveis dúvidas surgidas durante e após a atividade de campo, além de constituir uma importante fonte de referência para trabalhos de pesquisa de nomes geográficos. Essa caderneta, cujo modelo proposto pode ser visualizado no Quadro 3, deve ser elaborada antes do início das entrevistas e preenchida quase que integralmente em campo. Assim, com exceção da identificação do projeto e do entrevistador, não deve ocorrer preenchimento em gabinete, nem mesmo do número do item/identificador, nem dos nomes geográficos a serem pesquisados.

É importante lembrar que a caderneta de campo deve ser preenchida com letra legível, e, se necessário, deve-se considerar o uso de letra de forma.

A caderneta de campo poderá ser consultada em um momento posterior ao processo de padronização para esclarecimentos de algumas questões. Por isso, mesmo sendo a sua utilização bem-flexibilizada, existem algumas instruções que devem ser seguidas para o seu preenchimento eficiente, visando a completude e a organização das informações coletadas. A estrutura mínima da caderneta de campo deve contemplar:

- a. Cabeçalho, com os seguintes elementos: Identificação do projeto, Identificação do entrevistador, e Data (dia/mês/ano);
- b. Dados do informante, com os seguintes elementos: Nome, Idade, e Tempo de moradia na localidade; e
- c. Informações sobre os nomes geográficos pesquisados com os seguintes elementos:
 - Item/identificador - número do item ou identificador da feição contido no índice de nomes geográficos. Este campo fará associação entre a pesquisa em gabinete e a coleta;
 - Nome geográfico fornecido pelo informante - nome geográfico reconhecido no local;
 - Variantes - outros nomes geográficos fornecidos pelo informante para a mesma feição; e
 - Informações relevantes - quaisquer informações relevantes para a compreensão dos dados coletados, inclusive história, motivação e significado do nome, entre outros aspectos.

Informações adicionais sobre o informante, se relevantes, podem ser anotadas na coluna "Nome", da seção "Dados do informante", junto ao nome do entrevistado, entre parêntesis, como, por exemplo: Claudio Alves (pai do Sr. Luís Alves); João Silva (fundador do Clube Municipal); Marlene dos Santos (presidente da associação de moradores) etc.

No caso de nomes geográficos verificados por meio de placas ou letreiros, ou quando não forem encontrados informantes, e a coleta do nome só puder ser obtida mediante esses meios, na coluna "Nome", da seção "Dados do informante", deverá constar "Placa/letreiro", e as respectivas fontes de informação deverão ser fotografadas.

Quadro 3 - Proposta de caderneta de campo

Identificação do Projeto: _____ Data: _____ Entrevistador: _____

Dados do Informante

Nome: _____

Idade: _____ Tempo de moradia na localidade: _____

Item/ identificador	Nome geográfico fornecido pelo informante	Variantes	Informações relevantes

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia.

Atividade de campo

Realização da coleta de nomes geográficos

A coleta de nomes geográficos é entendida como o levantamento e a verificação dos nomes dos elementos geográficos em campo. Essa atividade baseia-se, principalmente, em entrevistas com informantes locais, as quais são documentadas, conforme apresentado no tópico **Cademeta de campo**.

As informações coletadas em campo devem ser transferidas para o índice de nomes geográficos o mais rápido possível, a fim de que a memória possa ser acessada facilmente, caso alguma informação relevante que, por qualquer razão, não tenha sido anotada. Além disso, essa prática possibilita detectar problemas, efetuar as mudanças necessárias, e, se preciso, retornar a alguma área já pesquisada para o aprimoramento do trabalho.

Em coletas longas, sugere-se que a atividade de campo seja alternada entre a coleta e a revisão das informações, o preenchimento do índice de nomes geográficos, a elaboração de relatórios, entre outros procedimentos.

Entrevista

As entrevistas para a coleta de nomes geográficos visam verificar os usos local e atual de tais nomenclaturas, e as informações assim obtidas subsidiam a tomada de decisão para o estabelecimento do nome padronizado.

Vários pesquisadores de campo já tiveram a experiência de perceber um tom elogioso ou mesmo uma expressão indisfarçável de orgulho em algum informante ao falar do lugar onde mora. Isso ocorre porque as pessoas têm uma relação de identidade, de pertencimento em relação ao seu local de moradia e/ou nascimento, e, por isso, sentem prazer em falar sobre ele. Sendo assim, ao ser entrevistado, o informante, frequentemente, tende a fornecer mais informações do que simples respostas às perguntas diretas do entrevistador. Essas informações extras, que, a princípio, parecem de menor importância, podem ser relevantes porque têm o potencial de esclarecer as variantes históricas, ou a etimologia, entre outros aspectos importantes, dos nomes geográficos. Tendo sempre em mente a necessidade de manter a duração das entrevistas compatível com o tempo disponível para a coleta, é recomendável aproveitar, ao máximo, as informações que possam surgir nesses momentos, dando a elas a devida atenção e anotando-as.

Considerando-se que o trabalho em campo é uma fonte primordial de informações, quanto mais preciso for, mais fácil, rápida e eficiente será a padronização do nome geográfico em gabinete.

Escolha dos informantes

De acordo com as recomendações do *Manual for the national standardization of geographical names* (UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES, 2006), três a cinco informantes devem ser entrevistados por nome coletado, porém, persistindo dúvidas em relação a alguma denominação, pode-se ampliar as entrevistas, procurando sempre anotar os dados do informante, pois poderá ser necessário contactá-lo para elucidar informações conflitantes.

Não existe um perfil ideal de entrevistado, já que qualquer cidadão pode se constituir em um potencial informante, independentemente de sua aparência, grau de instrução, ou condições socioeconômicas. O bom senso do entrevistador na escolha

do informante é muito importante, pois, ainda que esse não esteja próximo à feição geográfica pesquisada, pode ter profundo conhecimento sobre ela.

Deve-se privilegiar entrevistas com moradores mais antigos ou reconhecidos como líderes locais, pois eles tendem a ter maior conhecimento sobre a região. Inclusive, é frequente que, ao serem abordados, alguns informantes indiquem um determinado morador local como o “conhecedor” da região.

Por vezes, consegue-se apenas um informante. Nesse caso, se o entrevistado for convicto e coerente, sem que haja conflito em suas próprias informações, deve-se adotar o nome assim coletado, até que, eventualmente, se constate o contrário. Por outro lado, podem ocorrer ocasiões em que nenhum informante é encontrado. Nesses casos, deve-se coletar nomes em placas e letreiros que estejam, porventura, no local e procurar informações na prefeitura ou em outras instituições locais.

Procedimentos na entrevista

Primeiramente, ressalta-se que, caso a coleta esteja associada a alguma instituição, as equipes que participarão das atividades de campo devem estar devidamente identificadas, com crachás e uniformes.

Visando o melhor aproveitamento possível das informações coletadas na entrevista, os seguintes procedimentos deverão ser seguidos:

- Antes da entrevista, recomenda-se avaliar o melhor momento para a sua realização. Por exemplo: ao entrevistar um trabalhador/proprietário rural em seu local de trabalho, não se deve chegar muito cedo, pois a entrevista poderá coincidir com o momento de maior demanda de trabalho para o entrevistado, que não poderá dedicar o tempo e a atenção necessários;
- Ao chegar, cumprimentar o entrevistado com cortesia;
- Após breve período de introdução à entrevista, apresentar-se e informar o objetivo do trabalho; e
- Perguntar se o entrevistado permite a gravação da entrevista, e, em caso afirmativo, ligar o gravador de voz, colocando-o em local discreto, de preferência fora do campo de visão direta do informante. É importante ressaltar que o uso do gravador de voz não invalida as anotações feitas durante a entrevista, e que toda informação considerada relevante deve ser anotada na caderneta de campo.

Apenas ao final da entrevista, perguntar e anotar na caderneta de campo os dados pessoais do informante nas colunas “Nome”, “Idade” e “Tempo de moradia”. O melhor momento para colher essas informações é quando o entrevistado já estiver descontraído, para não inibi-lo. Ao informante deve ser esclarecido que os seus dados pessoais são protegidos, em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n. 13.853, de 08.07.2019), e utilizados somente no âmbito da pesquisa, na fase de análise dos dados, caso seja necessário realizar esclarecimentos posteriores, e que, após essa fase, a caderneta em que constam as informações prestadas será desidentificada, conforme disposto na Lei n. 13.709, de 14.08.2018, e na LGPD que a alterou.

Ao iniciar a entrevista, o entrevistador deve ter em mente que é necessário estar disposto a ouvir o que o informante tem a contar e deve evitar interrompê-lo. Também é necessário que o entrevistador tome cuidado para não deixar o entrevistado em uma posição de apenas responder sim ou não, confirmando informações trazidas de gabinete.

Caso o informante se distancie por demais do assunto da entrevista, recomenda-se redirecioná-lo, sempre educadamente, com novas perguntas, como, por exemplo: *Mas como era mesmo aquilo que o(a) senhor(a) estava falando sobre aquele curso d'água? Se essa estratégia não funcionar, o entrevistador pode, cortesmente, encerrar a entrevista.*

Não há tempos mínimo ou máximo estabelecidos para a duração da entrevista. O tempo dedicado a ela é determinado pela qualidade da informação que está sendo fornecida, sem perder de vista o tempo total disponível para a coleta.

Ao realizar a entrevista, orienta-se a atentar para as seguintes recomendações:

- Não inquirir o informante usando o termo genérico presumido do nome geográfico (rio, arroio, lagoa, morro, escola etc.). No lugar do termo genérico, usar as seguintes palavras ou expressões:
 - “curso d'água” para rios; “massa d'água” para lagoas, lagos etc.;
 - “elevação” para morros, cerros etc.;
 - “prédio” ou “edificação” para escolas, museus, hospitais etc.;
 - “propriedade” para fazendas, sítios etc.; e
 - “local” ou “lugar” para localidades em geral, como lugarejos, povoados, assentamentos etc.
- Anotar, com exatidão, o termo genérico da feição fornecido pelo informante e jamais acrescentar um genérico por conta própria ou inventar um nome. Esses procedimentos têm o objetivo de evitar que a origem regional do entrevistador induza a resposta com uma nomenclatura que não corresponda à denominação usada na área. Por exemplo: um “arroio” identificado como “rio”, por ter sido coletado por um entrevistador natural do Rio de Janeiro e que desconhece que esse termo é popular na Região Sul. O genérico informado pode não corresponder à classificação geomorfológica ou qualquer outra estabelecida. O termo genérico é parte do nome geográfico e não uma classificação. Ele indica o tipo de feição, conforme o entendimento e a percepção de quem a nominou. Dessa forma, é comum encontrar casos como o da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, cuja classificação geomorfológica é laguna⁸.
- Recolher exatamente o nome que o informante forneceu. Se houver dúvida quanto à exatidão do que foi recolhido, o entrevistador deve colocar uma observação sobre o que acha que pode ser o certo na coluna “Informações relevantes”. Não modificar ou corrigir a informação recolhida. Se necessário e possível, pedir para o informante grafar o nome fornecido, em especial quando se tratar de nomes estrangeiros.
- Atentar para o registro foneticamente correto do que disse o informante, ou seja, dedicar uma atenção especial à coleta dessa informação para não confundir sons parecidos. Em relação à padronização do nome geográfico, o momento da coleta pode ser decisivo porque, por mais pesquisas que se façam em gabinete, alguns problemas podem passar despercebidos se as informações forem coletadas equivocadamente em campo. A troca de um

⁸ Segundo Guerra e Guerra (2003), laguna é uma depressão contendo água salobra ou salgada localizada na borda litorânea, e lagoa, segundo o IBGE (2015), é uma depressão de formas variadas – principalmente tendendo a circulares – de profundidades pequenas e cheia de água doce ou salgada. A lagoa pode ser definida como lago de pequena extensão e profundidade.

som em uma palavra pode mudar o nome do elemento, o que é passível de gerar imprecisões, sem que, necessariamente, haja inconsistência nas regras de ortografia, como ocorre em Rio Pianduva e Rio Pianduva (Paraná). Além disso, os sotaques regionais merecem atenção do entrevistador, já que podem ser um complicador para a compreensão do nome geográfico fornecido. É o caso do Rio Isabel Alves (Paraná), afluente do Rio Paraná, que já teve o seu nome coletado como Rio Isabelar, devido à pronúncia regional carregada dos entrevistados. Esse tipo de problema não é detectável na revisão ortográfica realizada em gabinete, sendo necessária especial atenção para essa identificação de sons, sem, contudo, induzir o informante ou incorrer em imprecisões.

- Recolher a motivação e o significado do nome, principalmente quando há dúvida em relação à exatidão da informação coletada, ou quando o nome é muito inusitado e/ou desconhecido.
- Buscar recolher a abrangência espacial aproximada do uso dos nomes geográficos e variantes aplicados à mesma feição, quando houver. Por exemplo: há variantes de nomes de cursos d'água e serras que só se aplicam a determinados trechos e não à feição inteira, como é o caso do nome "Serra dos Órgãos", que só se aplica à Serra do Mar na região do Estado do Rio de Janeiro.
- Registrar, com detalhes, na caderneta de campo os nomes geográficos ou as feições identificadas na entrevista que não tenham sido levantados na fase da análise comparativa (tópico Realização da análise comparativa). Complementarmente, coletar as coordenadas do elemento e identificar o tipo da feição nomeada.

A Foto 4 mostra equipes atuando em diversas entrevistas. A Foto 5, por sua vez, traz um exemplo de caderneta de campo preenchida.

Foto 4 - Equipes realizando entrevistas em campo



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia (acervo).

Foto 5 - Caderneta de campo preenchida com informações coletadas

Identificação do Projeto: ~~XXXXXXXXXX~~ XPTD Data: 3/03/2018 Entrevistador: Ana Beatriz Moreira

Dados do Informante:
 Nome: José Adolar Abreu
 Idade: 61a Tempo de moradia na localidade: 61a

Item/Identificador	Nome geográfico fornecido pelo informante	Variantes	Informações relevantes
1	Picacinho Picaxinho		Tinha aqui um cavalo nito forte e garboso, que deixava na pastar nesta região. Picaço (C!!) é um cavalo ou mula ou burro preto, com cauda ^{diminutivo} ou o pes branco. Picaxinho
2	Quicé		Quicé dos Ri bas e outro lugar. Fica em Quitandinha. Significa: face ou facad. Capim quicé (com lufen), q. dá nome ao local, é muito viscoso e contante. Contava as pessoas q. passavam e encostavam nele.
3	Quicé		Xaxim não se usa mais. Era o nome local, mas hjá área está reflorestada e nqm chama mais assim. Mosquito é em outro lugar. Nunca foi aqui. Aqui é Quicé. Xaxim era pq. tinha um morador que tinha muito xaxim.
4	Letreiro		Antigq. aqui era Mosquito tb. É Letreiro, pq. dizem que no tempo deles, os jesuítas colocaram aqui 1 cruz em 1 pedra, com uns dizeres, que nem um letreiro. Ai, ficou o nome.
12	Salto Boa Vista		Isso nunca foi lugar!! É a cachoeira q. tem perto do encontro do Rio Piên com o Rio da Boa Vista - OBS. O Rio da Boa Vista deságua no Piên.

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia.

Nota: Em observação à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.853, de 08.07.2019), o nome e os dados do entrevistado são fictícios.

Registro audiovisual da coleta

Pode ser de grande valia o uso de fotografias para o esclarecimento de questões de difícil interpretação nos insumos. Detalhes que revelem alguma peculiaridade julgada importante devem ser fotografados. Nesses casos, as coordenadas dos locais de tomada das fotografias devem ser obtidas por receptor GNSS e registradas na caderneta de campo, na coluna "Informações relevantes" relativa ao nome pesquisado. Além desses casos, devem ser fotografados os elementos listados a seguir, com o objetivo de registro e/ou comprovação de informações, conforme se vê nas Fotos 6, 7 e 8:

- a. Placas indicativas com a denominação da feição. Para pontes, cursos d'água e outras feições de ampla abrangência, deve-se fotografar as placas existentes em posições opostas, se possível, como, por exemplo, nas duas margens de um curso d'água, para verificar a ocorrência de diferentes nomes para a mesma feição.

Foto 6 - Placa indicativa de feição hidrográfica



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia (acervo).

b. Placas indicativas com nomes de localidades.

Foto 7 - Placa indicativa de localidade



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia (acervo).

- c. Placas indicativas com nomes de rodovias federais, estaduais e municipais.
- d. Edificações com letreiros referentes à sua denominação, como escolas, bibliotecas, igrejas, museus, hospitais, cemitérios, fazendas etc.

Foto 8 - Letreiro de propriedade rural



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia (acervo).

É fundamental que as fotos sejam organizadas de acordo com o Item/identificador, para que sejam acessíveis e de fácil recuperação. Uma possível nomenclatura dos arquivos pode ser composta por: identificação da área pesquisada_item da feição fotografada_número da fotografia. Por exemplo: DistritoSantana_7_1, para designar a primeira foto da feição numerada como 7, localizada no Distrito de Santana.

Verificação e comprovação de grafia tradicional

Como mencionado no tópico **Levantamento de dúvidas linguísticas e revisão ortográfica**, alguns nomes geográficos são marcados para verificação e comprovação, em campo, da grafia tradicional. Para tal, o entrevistador deve tentar obter a informação sobre a grafia durante as entrevistas, procurando informantes abalizados para o esclarecimento da questão, tais como pesquisadores da história local, professores da rede pública conhecedores da região, funcionários da prefeitura que atuem nas áreas administrativas relacionadas à feição cujo nome geográfico está sendo investigado, entre outros.

É necessário, também, observar o uso do nome geográfico pesquisado em placas, letreiros, peças publicitárias, publicações locais, entre outras referências, como já mencionado.

Um exemplo de grafia tradicional é a do Município de Santa Izabel do Pará (Pará), já que, pelas regras ortográficas vigentes, o nome “Izabel” seria grafado com “s”, como se observa no Município de Santa Isabel do Rio Negro (Amazonas).

Verificação dos nomes pesquisados em áreas contíguas

Embora uma mesma feição possa ter mais de uma denominação em sua área de abrangência, é imprescindível avaliar a necessidade de aprofundar as pesquisas quando há discrepâncias entre os nomes coletados no campo durante a campanha, sobretudo quando a coleta é realizada por diferentes equipes. Assim, é necessário que seja feita a comparação dos nomes geográficos coletados para feições que se estendem por áreas contíguas trabalhadas por diferentes equipes na campanha. Tal verificação visa detectar possíveis discrepâncias entre as denominações dos elementos, para que possam ser checadas e resolvidas em campo, já que pode ser muito difícil recuperar certas informações em gabinete.

Preenchimento do índice de nomes geográficos

A seguir, são apresentadas orientações sobre o preenchimento do índice de nomes geográficos, de acordo com as informações extraídas da caderneta de campo.

Nome geográfico confirmado

Para os casos em que os nomes geográficos constantes no insumo de origem são confirmados na coleta, a coluna “Nome geográfico atualizado” deverá repetir o nome que está na coluna “Nome geográfico”, e a coluna “Solução e justificativa” deve ser preenchida com o termo “Confirmado”, além de outras informações consideradas necessárias.

Nome geográfico não confirmado

Nomes geográficos não confirmados em campo por diversas razões, entre elas a falta de informantes ou de informações suficientes, devem apresentar a coluna “Nome geográfico atualizado” em branco, e a coluna “Solução e justificativa” deve ser preenchida com a expressão “Não confirmado”.

Nome geográfico alterado

Nomes geográficos que foram substituídos por novos, ou corrigidos em virtude de inconsistência identificada, devem ter a coluna “Nome geográfico atualizado” preenchida com o nome de uso local e atual coletado, e a coluna “Solução e justificativa” deve ser preenchida com o termo “Atualizado”, além de outras informações consideradas necessárias.

Nome geográfico excluído

Nomes geográficos não mais encontrados em uso ou referentes a feições não mais existentes, sem que tenham sido substituídos por outros, devem ser excluídos. Nessas situações, a coluna “Nome geográfico atualizado” deve permanecer em branco, e a coluna “Solução e justificativa” deve ser preenchida com o termo “Excluído”. É obrigatório descrever a razão da exclusão nessa mesma coluna do índice. Cabe lembrar que o nome excluído deverá ser registrado como um nome histórico.

Nome geográfico incluído

Nomes geográficos podem ser incluídos a partir de duas diferentes situações:

Dúvidas elencadas em gabinete

Se o nome geográfico já constava no índice como dúvida para a inclusão, apenas é necessário preencher a coluna “Nome geográfico atualizado” com o nome coletado, e a coluna “Solução e justificativa” deve ser preenchida com o termo “Incluído”. É obrigatório descrever a razão da inclusão nessa mesma coluna do índice.

Identificados apenas em campo

Se o nome geográfico ou a feição com o nome coletado não constavam no índice, deve-se acrescentar um novo item ao final do índice, na coluna “Item/identificador”, mantendo-se a sequência numérica. As colunas “Coordenadas” (caso, não se esteja usando um arquivo vetorial) e “Tipo da feição” devem ser obrigatoriamente preenchidas, bem como a coluna “Nome geográfico atualizado”. A coluna “Solução e justificativa” deve ser preenchida com o termo “Incluído”, sendo obrigatório descrever a razão da inclusão nessa mesma coluna do índice.

Em casos de inclusão de nomes de localidades, recomenda-se coletar as coordenadas referentes à praça principal ou ao cemitério. No caso de ausência de tais feições, deve-se procurar o “centro” do local, ou seja, onde está concentrado o comércio.

Para as inclusões, é especialmente recomendada a busca da motivação e do significado dos nomes geográfico, principalmente para aqueles identificados apenas em campo.

Atualização da posição do nome geográfico

Durante o trabalho de coleta, pode-se identificar situações em que o nome geográfico está associado a uma posição geográfica equivocada no insumo de origem. Para essas situações, é imprescindível atualizar o correto posicionamento para o nome, por meio do uso de receptor GNSS em campo.

O nome que terá a sua posição atualizada deve ter a coluna “Solução e justificativa” preenchida com a frase “Mudança de posição: (XX,YY)”, em que XX,YY são os valores das novas coordenadas coletadas.

Atualização do tipo da feição

Em situações excepcionais, pode-se identificar, na atividade de campo, mudanças no tipo de feição designada por um nome geográfico. Um exemplo é a mudança de classificação de uma localidade, que pode passar de Aglomerado Rural Isolado para Vila; outro caso já observado foi o de uma queda d’água que deixou de existir em virtude da construção de uma barragem que manteve o nome da feição natural original. Nesses casos, devem ser feitas a exclusão do item original, seguindo as orientações descritas no tópico **Nome geográfico excluído**, e a inclusão desse mesmo nome geográfico, indicando-se o novo tipo de feição, conforme disposto no tópico **Nome geográfico incluído**. Em ambos os itens do índice de nomes geográficos, tanto o excluído quanto o incluído, recomenda-se acrescentar à coluna “Solução e justificativa” a expressão “Alteração de tipo”.

Consolidação, em gabinete, das informações trazidas do campo

Ao fim da coleta, os entrevistadores devem organizar as cadernetas de campo e concluir o preenchimento do índice de nomes geográficos. O Quadro 4 exemplifica o preenchimento de um índice de nomes geográficos após a realização da atividade de campo.

É importante fazer uma revisão final do preenchimento do índice de nomes geográficos, bem como organizar e arquivar tanto os materiais obtidos e/ou utilizados durante a coleta quanto todos os documentos e endereços eletrônicos utilizados para a pesquisa e a análise comparativa. Tais procedimentos se tornam necessários para justificar as decisões tomadas e facilitar o acesso às informações, caso ocorram questionamentos futuros sobre os nomes geográficos da área pesquisada.

Recomenda-se, por fim, redigir um relatório final do trabalho, no qual constem as seguintes informações: descrição geral das atividades; dificuldades e soluções encontradas durante o trabalho de campo; descrição das pendências, se houver; quantitativo de nomes analisados; estatísticas por situação final do nome, isto é, nomes confirmados, incluídos, alterados etc.; bem como sugestões e recomendações para futuros trabalhos.

Quadro 4 - Exemplo de índice de nomes geográficos preenchido após o trabalho de campo

(continua)

Identificação do Projeto:							
Item/identificador	Nome geográfico	Coordenadas geográficas	Tipo da feição	Dúvidas de gabinete	Nome geográfico atualizado	Solução e justificativa	Informações de campo
1	Picassinho		Localidade_Aglomerado_Rural_isolado_Lugarejo	Checar grafia.	Picacinho	Atualizado. Atualização da grafia. Picaço, com (Ç) é um cavalo, mula ou burro escuro, com a testa ou pés brancos. Picacinho é o diminutivo.	A origem de Picacinho era porque existia nesta região um cavalo muito forte e garboso; Picaço é um cavalo, mula ou burro escuro, com a testa ou pés brancos. Picacinho é o diminutivo.
2	Quicé dos Ribas		Localidade_Nome Local	Checar grafia. Atenção especial ao significado de Quicé e para a história e motivação do nome.	Quicé	Atualizado, porque informantes afirmaram que Quicé dos Ribas é outra localidade e pertence a Quitandinha, fora da área da pesquisa. Grafia de Quicé confirmada.	Quicé é uma faca pequena ou um facão, e o capim-quicé, que dá nome à localidade, é uma espécie de capim muito viscoso e cortante, que cortavam as pessoas que passavam e encostavam nele.
3	Xaxim		Localidade_Aglomerado_Rural_isolado_Povoado	Identificar qual é a denominação correta usada pela comunidade: Xaxim ou Mosquito?	Quicé	Excluído. Segundo os informantes, Xaxim era um nome local, que hoje é uma área reflorestada e não se chama mais assim. Aqui é Quicé. Mosquito é em outro lugar. Inclusão de Mosquito no item 11	O nome Xaxim vinha do fato de um morador do local possuir este vegetal.
4	Letreiro		Localidade_Nome Local	O nome da localidade é Letreiro ou Latreiro?	Letreiro	Confirmado Letreiro.	Segundo a tradição oral local, os jesuitas fixaram uma cruz em uma pedra com alguns dizeres, como em um letreiro. Isto originou o nome da localidade. Segundo os informantes. Já foi antigamente parte de Mosquito, que era também um nome local.
5			Hidrografia_Curso_Dagua	Riacho dos Oliveiras. Identificar feição em campo. Localização imprecisa. Consta apenas da Lei criação do distrito nº 425 de 11/06/1985 e não está em mais nenhum insumo.		Não confirmado. Não foi encontrado. Não houve informantes.	

Quadro 4 - Exemplo de índice de nomes geográficos preenchido após o trabalho de campo

(conclusão)

6	Rio dos Índios ou dos Bugres		Hidrografia_Curso_Dagua	Confirmar o uso da variante. No memorial descritivo do município consta apenas como Rio dos Índios.	Rio dos Índios ou dos Bugres	Variante confirmada	
7	Salto Boa Vista		Localidade_Nome Local	Confirmar nome da localidade Salto Boa Vista ou Boa Vista		Excluído. Alteração de tipo. Segundo informantes, o Rio Piên recebe as águas do Rio da Boa Vista. Próximo ao local da junção do Rio da Boa Vista com o Rio Piên há uma queda d'água. Não é, e nem nunca foi, uma localidade. Correção através da inclusão do salto no item 12.	
8			Localidades_Aglomerado Rural Isolado_Lugarejo	Confirmar existência da localidade Ponte Alta. Consta do cadastro da ANATEL.	Ponte Alta	Incluído. Confirmada a existência em campo.	
9	Areias		Localidades_Nome Local		Baixada	Atualizado. Existia como Areias no insumo de origem. Alteração identificada no local.	.
10	Palmito de Cima		Localidades_Aglomerado Rural Isolado_Lugarejo		Palmito de Cima ou Palmitinho	Variante incluída. Consta do insumo de origem como Palmito de Cima, mas a variante foi encontrada em campo	A origem do nome é porque existia muitos pés de palmito no local
11			Localidade_Aglomerado_Rural_isolado_Lugarejo		Mosquito	Incluído. A partir da pesquisa realizada para o item 3.	Antes era só nome local, não havia o lugarejo. A origem do nome Mosquito foi a ocorrência no local de uma espécie de mosquito branco e grande.
12			Hidrografia_Queda_Dagua		Salto Boa Vista	Incluído. Alteração de tipo. Corrigindo o item 7. Segundo informantes, o Rio Piên recebe as águas do Rio da Boa Vista. Próximo ao local da junção do Rio da Boa Vista com o Rio Piên há uma queda d'água. Não é, e nem nunca foi, uma localidade.	

Considerações finais

O conteúdo deste Manual foi construído em conjunto com os topógrafos e reambuladores do IBGE, a partir de suas vivências em campanhas de mapeamentos ocorridas em diferentes épocas e locais do território brasileiro.

Além de reunir os principais fundamentos e procedimentos da metodologia de coleta de nomes geográficos em campo, este Manual também tem as funções de preservar e disseminar o conhecimento prático adquirido, ao longo do tempo, pelo valioso Corpo Técnico da Instituição, importante componente de sua cultura organizacional.

Espera-se que este Manual possa contribuir para o constante aprimoramento do trabalho dos profissionais do IBGE, bem como para o de outras instituições brasileiras, e, nesse sentido, o recebimento de eventuais críticas e correções são fundamentais.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Formulário ortográfico*. Rio de Janeiro: ABL, [2023?]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/formulario-ortografico>. Acesso em: abr. 2023.

BATA, P. B. R. Mozambique: Maputo, Matutuine and Chibuto: three different names, the same origin. *UNGEGN Information Bulletin*, New York: Secretariat of United Nations Group of Experts on Geographical Names, n. 54, p. 24-25, May 2018. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/ungegn/pubs/Bulletin/UNGEGN_bulletin_54_finalver.pdf. Acesso em: abr. 2023.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lucerna, 2009. 671 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2650908>. Acesso em: abr. 2023.

COMISSÃO NACIONAL DE CARTOGRAFIA (Brasil). Comitê de Planejamento da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. *Plano de ação para implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais*. Rio de Janeiro: Concar, 2010. 203 p. Disponível em: <https://www.inde.gov.br/pdf/PlanoDeAcaoINDE.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

COMISSÃO NACIONAL DE CARTOGRAFIA (Brasil). Comitê Especializado para a Estruturação da Mapoteca Nacional Digital. *Especificações técnicas para estruturação de dados geoespaciais vetoriais (ET-EDGV 3.0)*. Rio de Janeiro: Concar, 2017. 43 p. Disponível em: https://bdgex.eb.mil.br/portal/media/edgv/ET-EDGV-3_0_210518.pdf. Acesso em: abr. 2023.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 648 p.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2009. 1986 p. Acompanha 1 CD-ROM.

IBGE. *Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil*. Rio de Janeiro, 2015. 40 p. Acompanha 1 CD-ROM. v. 2: Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250 000 - BC250. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835_v2.pdf. Acesso em: abr. 2023.

IBGE. *Manual de reambulação*. Rio de Janeiro, 2006. 1 CD-ROM.

IBGE. *Normas técnicas para revisão de nomes geográficos*. Rio de Janeiro, 2011. 61 p. Material didático para o Programa Anual de Treinamento - PAT 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7781981-Normas-tecnicas-para-revisao-de-nomes-geograficos.html>. Acesso em: abr. 2023.

NOGUEIRA, G. de C. Artur Vilaça. In: AQUINO, C. (org.). *Ruas de Itaúna*. Itaúna, 2017. Disponível em: <https://ruasdeitauna.blogspot.com/2017/05/artur-vilaca.html>. Acesso em: mar. 2019.

SANTOS, C. J. B. dos. *Geonímia do Brasil: a padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos Municípios fluminenses*. Orientador: Paulo Márcio Leal de Menezes. 2008. 340 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/696286.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES. *Glossary of terms for the standardization of geographical names*. New York: United Nations, 2002. 261 p. (ST/ESA/STAT/SER.M/85). Documento completo disponibilizado nas seis línguas oficiais das Nações Unidas. Disponível em: http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungegn/docs/pdf/Glossary_of_terms_revised.pdf. Acesso em: abr. 2023.

UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES. *Manual for the national standardization of geographical names*. New York: United Nations, 2006. 169 p. (ST/ESA/STAT/SER.M/88). Disponível em https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_88e.pdf. Acesso em: abr. 2023.

UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES. *Resoluções adotadas nas dez Conferências das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos: 1967, 1972, 1977, 1982, 1987, 1992, 1998, 2002, 2007, 2012*. Tradução para o português por Ana Cristina da Rocha Bérenger Resende e Diego Valentim da Silva. United Nations: New York, 2014. 93 p. Preparado para as Nações Unidas por Natural Resources Canada - Nrcan. Título original: Resolutions adopted at the ten United Nations Conferences on the Standardization of Geographical Names. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungegn/docs/RESOLU%C3%87%C3%95ES%20ADOTADAS%20NAS%20DEZ%20CONFER%C3%84NCIAS%20DO%20UNGEKN_trad.pdf. Acesso em: abr. 2023.

Apêndice

1 Exemplos de documentos que podem ser utilizados na análise comparativa

1 Exemplos de documentos que podem ser utilizados na análise comparativa

- Bases cartográficas vetoriais nas escalas disponíveis;
- Divisão Territorial Brasileira - DTB, disponibilizada no endereço: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=acesso-ao-produto>;
- Cartas topográficas, mais usualmente identificadas por folhas topográficas, nas escalas disponíveis: 1:25 000, 1:50 000, 1:100 000, 1:250 000 e 1:1 000 000;
- Mapas Municipais Estatísticos e Mapas Municipais;
- Descritivos oficiais de limites mais atuais (limites municipais, de áreas especiais etc.);
- Documentação obtida nas Comissões Demarcadoras de Limites, no caso de limites internacionais;
- Outros documentos cartográficos e mapeamentos, se houver, de prefeituras, concessionárias de energia elétrica, água e telefonia, secretarias municipais de obras, meio ambiente e afins;
- Cadastro de localidades do último Censo Demográfico realizado pelo IBGE;
- Cartas-imagens;
- Imagens de satélite;
- Google Earth e outros aplicativos Google de informação geográfica;
- Open Street Map;
- Listas de localidades emitidas por prefeituras;
- Listas de escolas, associadas às respectivas localidades, geralmente emitidas pela secretaria de educação dos Municípios contidos na área pesquisada;
- Listas de capelas rurais, associadas às respectivas localidades, fornecidas pela(s) paróquia(s) do(s) Município(s) ou pela diocese;
- Pesquisas bibliográficas sobre a região (trabalhos de conclusão de curso, dissertações, livros, monografias etc.).
- Mapas rodoviários federais, estaduais e municipais que possam fornecer prefixos, bem como nomes de estradas e localidades, facilitando o acesso à região (local), obtidos no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, nos Departamentos de Estradas de Rodagem - DERs e nas prefeituras;
- Cadastros de propriedades rurais com significativa atividade econômica no local, obtidos nas prefeituras;
- Cadastro da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL com informações sobre CEP, nomes de logradouros, Municípios e Unidades da Federação, bem como sobre a latitude e a longitude de onde estão localizados telefones públicos e seus respectivos números;

- Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, disponibilizada no endereço: www.inde.gov.br; e
- Dicionários da língua portuguesa¹, dicionários onomásticos e o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras - ABL. No caso de nomes geográficos de origem indígena, consultar dicionários específicos dos troncos linguísticos que se apliquem, tais como dicionários tupi-guarani.

A seguir, um exemplo do preparo de informações para a análise comparativa, etapa abordada no tópico **Pesquisa, obtenção e preparo dos insumos e informações para análise comparativa**, a partir de listas de escolas, por localidade, obtidas nas secretarias de educação dos Municípios contidos na área pesquisada.

(continua)

Escola	Município	Localidade	Endereço	Comentário
Astrogildo de Macedo, E R M-EF	Almirante Tamandaré	Mato Dentro	Rodovia dos Minérios – Km 19	
João Johnson, E R M-EF	Almirante Tamandaré	Morro Azul	Estrada Principal do Morro Azul	
Maria Cavassin Manfron, E R M-EF	Almirante Tamandaré	Capivara Manfron	Estrada Principal da Capivara	Verificar se esta localidade é uma inclusão, ou é o item 8 do índice de nomes geográficos.
Serzedelo de Siqueira, E R M-EF	Almirante Tamandaré	Pacotuba	Estrada Principal do Pacotuba, s/n	
Guarituba, C E-EF M	Piraquara	Guarituba	Rua Pastor Adolfo Weidmann, 977	
Heinrich de Souza, E R M-EF	Piraquara	Guarituba	Rua Juri Danilenko, 3468	
Idília Alves de Farias, E R M-EF	Piraquara	Guarituba	Rua Ps Adolfo Weidmann, 49	
Ivanete M de Souza, C E-EF M	Piraquara	Guarituba	Rua Betonex, 2220	
Jomar Tesserolli, E R M-EF	Piraquara	Guarituba	Rua Verginio Batista de Souza, 63	
Marilda C Salgueiro, E R M-EF	Piraquara	Guarituba	Av Ps Adolfo Weidmann, 2807	
Rudi Heinrichs, E R M-EF	Piraquara	Jardim Guaritubinha	Av das Orquideas, 388	Esta localidade não consta da Carta, mas no site da secretaria de educação a escola lá consta como Rural. Se for mesmo área rural, incluir a localidade também.
Capoeira dos Dinos, E R M-EF	Piraquara	Capoeira dos Dinos	Rua Eduardo Rocha Sn	Verificar se é o item 30 do índice de nomes geográficos
Carmela Dutra, E R M-EF	Piraquara	Águas Claras	Estrada do Mato Grande	
Julia Wanderley, E R M Dona-EF	Piraquara	Laranjeiras	Rua Wagner Luis Boscardin, 1001	
Mbya Arandu, E E Ind-EF	Piraquara	Aldeia Araçá-I (lê-se araçá-i ??)	Est da Barragem da Sanepar	Escola indígena – incluir também a aldeia (Guarani) e confirmar estas informações (fonte: http://www.vivafavela.com.br/materias/cultura-e-modernidade-de-m%C3%A3os-dadas-atrav%C3%A9s-dos-tempos) : O território da aldeia não é reconhecido como indígena, foi cedido pela prefeitura. O nome da escola quer dizer “Sabedoria Guarani”. A aldeia de Araçá-i é chamada dessa forma porque, quando pajé-cacique Marcolino foi escolher o local onde a tribo iria se estabelecer (eles saíram de Mangueirinha por conflitos religiosos entre os indígenas) percebeu a quantidade de pés de araçá na região.

¹ Nesse sentido, sugere-se, por exemplo: HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2009. 1986 p. Acompanha 1 CD-ROM. Ver também: FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Coordenação e edição de Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. 2120 p.

(conclusão)

Escola	Município	Localidade	Endereço	Comentário
Bortolo Cavassin, E R M-EF	Colombo	Uvaranal	Rua Jose Bonato Strapasson Sn	Nem a escola e nem a localidade constam da Carta. Verificar as duas para inclusão.
Eugênio Belotto, C R M E I Pe	Colombo	Cercadinho	Rua Francisco Motin Neto, 288	Verificar se esta localidade de Cercadinho é o item 19, Cercadinha.
Imbuial da Roseira, E R M-EI EF	Colombo	Imbuial da Ribeira	Estrada da Ribeira	Verificar se esta localidade é o Imbuial (38 do índice de nomes geográficos) que consta na Carta.
João José Gasparin, E R M-EI EF	Colombo	Poço Negro	Rua Avelino Motin, 800	Verificar se esta localidade é o item 18 do índice de nomes geográficos, Colônia Poço Negro
Maria Antonieta Farani, E R M Irmã-EF	Colombo	Capivari	Rua Verginio Arcie, 400	Verificar se esta localidade é o item 23 do índice de nomes geográficos, Barra do Capivari.
Tiradentes, E R M-EF		Campestre	Rua Farao Cavalli Sn	
Abrahão Miguel Elias, E R M-EI EF	Rio Branco do Sul	Açungui		
José Elias, C E C-EF M	Rio Branco do Sul	Açungui	Estrada Principal do Açungui, s/n	
Barra do Jacaré, E R M DE-EF	Rio Branco do Sul	Barra do Jacaré		Esta localidade não consta da Carta. Verificar se é o item 87 do índice de nomes geográficos, Jacarezinho.
Benedita Faria Pioli, E R M-EF	Rio Branco do Sul	Florestal		Esta localidade não consta da Carta. Verificar.
Boqueirão da Serra, E R M-EF	Rio Branco do Sul	Boqueirão da Serra		
Ângelo Mottim, E R M-EF	Cerro Azul	Estrelas	Rua Principal s/n	Verificar se esta localidade é o item 107 do índice de nomes geográficos, Estrela, ou o 109, Barra das Estrelas. Verificar o nome correto da localidade.
Bomba, E M DA-EF	Cerro Azul	Bomba	Rua Principal s/n	
Augusto A. Da Paixão, C E C-EF M	Cerro Azul	Bomba	Rua Principal s/n	
Cabeceira do Ribeirão do Veado, E R M-EF	Cerro Azul	Cabeceira do Ribeirão do Veado	Rua Principal s/n	O Ribeirão dos Veados (item 169) deve correr perto desta localidade, que não está na Carta. Verificar se há conformidade do nome do Ribeirão com o da localidade.
Lageadinho, E R M DE-EF	Cerro Azul	Lageadinho	Rua Principal s/n	Verificar se a escola é o item 164 do índice de nomes geográficos. O nome da escola é com "G". Na carta o nome da localidade consta com "J" (grafia correta), item 162. Verificar no local se a grafia tradicional do nome da localidade é com G. Atenção à motivação do nome: pode ser um nome de família com esta grafia.
Ribeirão do Veado, E R M DE-EF	Cerro Azul	Ribeirão do Veado	Rua Principal s/n	O Ribeirão dos Veados (item 169) deve correr perto desta localidade, que não está na Carta. Verificar se há conformidade do nome do Ribeirão com o da localidade.

Equipe técnica

Diretoria de Geociências

Coordenação de Cartografia

Leila Freitas de Oliveira

Organização e elaboração

Ana Cristina da Rocha Bérenger Resende

Beatriz Cristina Pereira de Sousa Pinto

Graciosa Rainha Moreira

Elaboração de ilustrações

Ana Cristina da Rocha Bérenger Resende

Beatriz Cristina Pereira de Sousa Pinto

Graciosa Rainha Moreira

Colaboração especial

Sheila de Azevedo Andriotti

Colaboração

Américo Lima Ferreira

Antônio Jurandir Constantino de Oliveira

Carlos Alberto Belmont Fernandes

Caroline Oliveira da Silva (estagiária)

Cláudio João Barreto dos Santos

Dejair Sumas da Conceição

Donato Paulo da Silveira

Guilherme Silva Xavier de Souza (estagiário)

Idmo Alves

José Carlos Correa

Leila Freitas de Oliveira

Leonardo Scharth L. Silva
Luciana da Costa Silva
Luiz Gustavo Vieira
Marcia de Almeida Mathias
Moisés Porto da Silva
Paulo Roberto Leal
Paulo Sérgio Pessoa Canízio
Sandra Goulart Pereira Lanca
Tatiana Azumi Yamada
Valmir Bosio
Vania de Oliveira Nagem
Veroni José Cristóvão
Wagner dos Anjos

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Marisa Sigolo

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Leonardo Martins

Diagramação textual

Leonardo Martins

Programação visual

Fernanda Jardim

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Marisa Sigolo

Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva

Daniela Rangel Granja

Leusimar Lourenço de Abreu Santos

Lioara Mandoju

Nádia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Gerência de Impressão, Acabamento e Logística

Newton Malta de Souza Marques

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181

MANUAL DE COLETA DE NOMES GEOGRÁFICOS

Os nomes geográficos são nomes próprios, formados por uma palavra, ou uma combinação de palavras ou expressões, utilizados para referência a um lugar, a uma feição, ou a áreas específicas. Eles identificam nominalmente as feições que compõem o território, e sua análise pode revelar informações que possibilitam não só conhecer os padrões de ocupação de um determinado local, envolvendo povos que o habitaram e línguas eventualmente faladas, por exemplo, como também identificar as características de sua produção econômica e até mesmo o tipo de vegetação antes existente, entre outras peculiaridades.

Para que se possa usufruir de todo o potencial inerente aos nomes geográficos, no entanto, é preciso minimizar os equívocos na identificação das feições e na recuperação das informações neles contidas. Para tal, é necessária a padronização dessas nomenclaturas, tanto no que respeita ao aspecto posicional das feições no território quanto no que concerne à sua grafia, segundo princípios e recomendações comuns que permitam a interpretação e a utilização consistentes dos itens mapeados.

Com o lançamento deste Manual, o IBGE apresenta uma metodologia de coleta de nomes geográficos que considera os conceitos relativos a essa temática e as especificidades para a sua padronização, sob a perspectiva da prática cartográfica institucional. Cabe notar, contudo, que as diretrizes propostas podem ser aplicadas em qualquer tipo de projeto, nas mais diversas organizações e áreas do conhecimento, e independem de recursos digitais. Pretende-se, com sua divulgação, estabelecer um conjunto mínimo de procedimentos que ensejem uma coleta eficaz e passível de utilização pelas demais entidades produtoras de mapeamento no País, bem como pelas instituições acadêmicas, entre outros segmentos interessados em toponímia.

A publicação, também disponibilizada no portal do IBGE na Internet, discorre sobre os conceitos básicos relacionados à coleta de nomes geográficos e descreve as três fases que a caracterizam: a preparação em gabinete; a atividade de campo; e a consolidação, em gabinete, das informações trazidas do campo. Amostras de documentos provenientes de coletas executadas por equipes de campo do IBGE ilustram o volume, o que facilita a compreensão das diretrizes e possibilita a melhor visualização dos resultados esperados.

